TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - TCE-GO

08/11/2024

SUMÁRIO

Líder do governo explica mudança no regime do Ipasgo e assegura pagamento aos profissionais	3
Talles Barreto justifica mudança de regime do Ipasgo e assegura pagamento a profissionais | Portal da Alego	4
Expediente tem leitura de apenas uma matéria, do TCE-GO | Portal da Alego	5
Expediente tem leitura de apenas uma matéria de iniciativa do TCE-GO | Portal da Alego	6
Alego: Comissão de Finanças se reúne nesta quarta-feira e aprova arquivamento de seis relatórios de gestão de secretarias e TCE	7
Alego: Propostas em prol da saúde são aprovadas em reunião de comissão	8
TCE-GO vai medir eficiência das ações de governo	9

JORNAL O HOJE - ONLINE - GO | 07/11/2024 15:19 | SITE

Líder do governo explica mudança no regime do Ipasgo e assegura pagamento aos profissionais

O deputado Talles Barreto (UB), que é líder do Governo na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), se pronunciou nesta quinta-feira, 7, sobre a recente mudança de regime do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos e Militares do Estado de Goiás (Ipasgo Saúde).

Segundo o parlamentar, a alteração foi motivada por um posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE- GO), que entendia que o órgão não deveria ser contabilizado nas finanças do Governo Estadual.

“O Ipasgo só mudou de regime devido a um posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que entendia que o Ipasgo não deveria estar nas contas do Governo do Estado”, afirmou Barreto, explicando que a decisão foi necessária para cumprir as diretrizes do TCE-GO.

Leia mais: Ipasgo anuncia mudanças no atendimento aos beneficiários

Ainda de acordo com o deputado, o Ipasgo está em processo de regulamentação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). “Existe um trâmite no sistema”, disse ele, destacando que, apesar da transição, os pagamentos dos profissionais de saúde contratados pelo instituto estão sendo regularizados.

“Os profissionais que ainda não receberam ontem, vão receber hoje. O atraso no pagamento é por uma questão de sistema. Essa mudança não é fácil”, garantiu o deputado. Barreto também ressaltou que, em breve, o sistema do Ipasgo Saúde estará completamente atualizado, o que permitirá que os profissionais recebam os pagamentos dentro do prazo.

O deputado Talles Barreto (UB) se pronunciou na sessão ordinária desta quinta-feira, 7, sobre a recente mudança de regime do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos e Militares do Estado de Goiás (Ipasgo Saúde). Segundo o parlamentar, a alteração foi motivada por um posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que entendia que o órgão não deveria ser contabilizado nas finanças do Governo Estadual.

“O Ipasgo só mudou de regime devido a um posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que entendia que o Ipasgo não deveria estar nas contas do Governo do Estado”, afirmou Barreto, explicando que a decisão foi necessária para cumprir as diretrizes do TCE-GO.

Ainda de acordo com o deputado, o Ipasgo está em processo de regulamentação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). “Existe um trâmite no sistema”, disse ele, destacando que, apesar da transição, os pagamentos dos profissionais de saúde contratados pelo instituto estão sendo regularizados.

“Os profissionais que ainda não receberam ontem, vão receber hoje. O atraso no pagamento é por uma questão de sistema. Essa mudança não é fácil”, garantiu o deputado. Talles Barreto também ressaltou que, em breve, o sistema do Ipasgo Saúde estará completamente atualizado, o que permitirá que os profissionais recebam os pagamentos dentro do prazo, conforme sempre foi feito.

Expediente tem leitura de apenas uma matéria, do TCE-GO | Portal da Alego

Apenas uma matéria foi lida no Expediente da sessão ordinária desta quinta-feira, 7. Trata-se do processo nº **23846/24**, oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que altera a nomenclatura do cargo de auditor adotada na Lei Orgânica do próprio tribunal.

Apenas uma matéria foi lida no Expediente da sessão ordinária desta quinta-feira, 7. Trata-se do processo nº **23846/24**, oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que altera a nomenclatura do cargo de auditor adotada na Lei Orgânica do próprio tribunal.

Alego: Comissão de Finanças se reúne nesta quarta-feira e aprova arquivamento de seis relatórios de gestão de secretarias e TCE

A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), sob comando do deputado estadual **Renato de Castro (União Brasil)** se reuniu, na tarde desta quarta-feira, 6 de novembro, no Auditório Júlio da Retifica, para discutir e votar uma série de relatórios de gestão de órgãos estaduais e do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE). Entre os processos analisados, destacam-se aqueles com parecer pelo apensamento e pelo arquivamento.

Aprovados para o arquivamento

Processo nº 9993/24: Relatório trimestral de atividades do TCE, referente ao 1º trimestre de 2024;

Processo nº 1169/24: Termo de Convênio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;

Processo nº 1173/24: Convênio nº 004/2023, do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destinado à proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte;

Processo nº 3054/24: Convênio nº 9504441/2023, entre o Ministério dos Direitos Humanos e a Universidade Estadual de Goiás;

Processo nº 4393/23: Análise técnica de contratos de prestação de serviços realizada pela Secretaria de Estado da Saúde em parceria com o Instituto Gênnesis;

Processo nº 18911/24: Relatório Consolidado do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Artigo 30, referente ao 2º trimestre de 2024.

Apensamento

Além dos arquivamentos, o processo nº 8506/23, referente a uma errata do relatório nº 25/2023, da Secretaria de Estado da Saúde, foi aprovado com parecer favorável para apensamento.

Pedido de vista

O deputado Antônio Gomide (PT) pediu vista ao processo **nº 0494/23**, que trata da prestação de contas anual do Governo do Estado de Goiás, referente ao exercício de 2022.

Ao final do encontro, foi comunicado aos parlamentares que, no dia 13 de novembro, acontecerá uma audiência pública com a Secretaria de Estado da Saúde e, no dia 27 de novembro, a audiência será com a Secretaria de Estado da Economia.

Alego: Propostas em prol da saúde são aprovadas em reunião de comissão

Sob o comando do deputado estadual Jamil Calife (PP), a Comissão de Saúde do Parlamento goiano reuniu-se na tarde desta terça-feira, 5/11, para apreciação pertinente à temática. Na oportunidade, seis processos foram avalizados pelos membros do colegiado.

Dentre eles, está um requerimento que revoga a solicitação da Comissão de Saúde para auditoria de verificação de contratos desenvolvidos por organizações sociais (OS) pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

Em seguida, foi acatado o projeto de lei nº 560/23, de autoria do deputado Gustavo Sebba (PSDB), e relatoria de Cristiano Galindo (Solidariedade), que autoriza os estabelecimentos de saúde, públicos e privados, a oferecerem aos doadores regulares de sangue, de forma gratuita, a realização do exame laboratorial de hemograma completo. A proposta também prevê a instituição do Selo Laboratório Parceiro para esses estabelecimentos.

Também receberam aval do colegiado, com pareceres favoráveis nos termos substitutivos adotados na Comissão de Constituição, Saúde e Redação (CCJ), os projetos nº: 2198/23, 4424/24, 1682/23 e 1817/23.

Relatada por José Machado, a primeira iniciativa citada é de autoria do deputado Lucas do Vale (MDB) e institui a inclusão de diretrizes e capacitação referentes à manobra de Heimlich - procedimento de primeiros socorros usados ??para tratar obstruções das vias aéreas superiores por objetos estranhos, durante o acompanhamento pré-natal.

O segundo é de autoria do deputado Wilde Cambão (PSD) e foi relatado pelo deputado Dr. George Morais (PDT). A matéria estabelece direito às mulheres que sofram perda gestacional e neonatal em estabelecimentos de saúde de Goiás.

O terceiro é de autoria do deputado André do Premium (Avante). Relatada por Lincoln Tejota (UB), a matéria defende a proibição de cobrança de quaisquer valores, a título de higienização, esterilização e demais procedimentos necessários, para que acompanhantes de parturientes possam assistir ao parto no centro obstétrico, independentemente da nomenclatura dada à cobrança.

Por fim, de autoria do deputado Paulo Cezar Martins (PL), a última proposta aprovada pelo colegiado visa a alterar a Lei nº 17.027, de 31 de maio de 2010, que institui a Semana Estadual de Prevenção do Câncer Bucal. O projeto foi relatado por Cristiano Galindo e tem como objetivo instituir, em Goiás, o Mês Estadual Maio Vermelho, dedicado às ações de conscientização voltadas à temática.

JORNAL DO PENINHA - GO | 07/11/2024 04:47 | SITE

TCE-GO vai medir eficiência das ações de governo

Índice vai verificar a qualidade da gestão

AR

Um indicador para medir a eficiência e a qualidade da gestão pública estadual foi apresentado nesta quarta-feira (6/11) pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) para os gestores de órgãos públicos. O Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE-GO) será apurado por meio de questionários e vai permitir a construção de série histórica para acompanhamento da efetividade da gestão estadual ao longo do tempo, sob o enfoque das dimensões selecionadas.

O encontro foi aberto pela Conselheira Carla Santillo, que destacou a importância da participação dos gestores, que foram convidados a contribuir para a validação dos critérios que vão compor o índice. Para a Conselheira, a nova ferramenta pode contribuir com o Estado, na medida em que vai apontar os pontos fracos e as oportunidades de melhoria nas mais diversas áreas de atuação pública. E pontuou: “Ninguém gosta de ser mal avaliado, por isso a ferramenta vai contribuir para que os recursos públicos cheguem com ações de qualidade em benefício do cidadão”.

O Iege-Go vai definir indicadores para verificar como estão a gestão e os resultados do Estado em áreas como educação, saúde, segurança pública, meio ambiente, desenvolvimento econômico, gestão fiscal e planejamento. O índice é uma proposta da Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede Indicon), à qual o TCE-GO está integrado, e a versão que está sendo elaborada vai levar em consideração os aspectos específicos de Goiás, por meio de parceria entre o Tribunal de Contas, o Instituto Verbena da Universidade Federal de Goiás e os gestores do Estado.

Também na abertura, o secretário de Controle Externo do TCE-GO, Sérvio Túlio Teixeira, reforçou que o índice tem um caráter de diagnóstico, para que a própria administração tenha um horizonte para melhorar a gestão governamental a cada ciclo. Ele lembrou que o IEGE reflete uma nova era de controle externo, em que o Tribunal de Contas fiscaliza não somente aspectos de conformidade com a lei, mas também a avalia o desempenho da gestão pública, sobretudo quanto à sua efetividade, ou seja, o impacto do gasto público na vida do cidadão.

Na sequência, a diretora-executiva do Instituto Verbena, destacou a iniciativa do TCE-GO de chamar a academia para participar dessa construção coletiva. “O índice vai contribuir para o planejamento e para tomadas de decisão, baseadas em evidências cuidadosamente estudadas e aprovadas”, disse. Também da UFG, o professor Mário Ernesto Diaz apresentou um resumo da metodologia empregada para a construção dos quesitos constantes no índice.

O Iege-Go foi apresentado pelos auditores de controle externo Rodrigo Cruvinel, que é gerente de Fiscalização do Eixo Administrativo do TCE-GO, Cristiano Reis, chefe do Serviço de Fiscalização da Administração do Estado e Ana Carolina Rauta de Souza, integrante da equipe de fiscalização responsável pela construção e aplicação da ferramenta.

Além de explicar o que é o Iege, eles fizeram sua contextualização histórica, mostraram sua estrutura, etapas de desenvolvimento e cronograma de implementação. O questionário, de preenchimento obrigatório, será aplicado a cada um ou dois anos. Ao final do processo, será apresentado relatório a ser levado para análise do TCE- GO, que poderá apresentar recomendações de melhoria ao Poder Executivo.

Curtir isso:

Curtir Carregando...